



Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

VICC GD II S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	9



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

VICC GD II S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da VICC GD II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam dequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 17 de maio de 2023 até 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto César Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.986	64.047	12.995	64.047
Outros ativos circulantes		222	-	224	-
Total do Ativo Circulante		13.208	64.047	13.219	64.047
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Investimentos	5	60.759	-	-	-
Imobilizado	6	-	-	65.969	-
Intangíveis	6	-	-	4.320	-
Direito de uso	7	-	-	11.699	-
Outros ativos não circulantes		11	-	11	-
Total do Ativo Não Circulante		60.770	-	81.999	-
Total do Ativo		73.978	64.047	95.218	64.047
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		178	241	816	241
Empréstimos	8	-	63.942	-	63.942
Passivo de arrendamento	7	-	-	854	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10.1	37	6	37	6
Outros passivos circulantes		13	78	24	78
Total Passivo Circulante		228	64.267	1.731	64.267
Não Circulante					
Passivo de arrendamento	7	-	-	11.271	-
Total Passivo Não Circulante		-	-	11.271	-
Patrimônio Líquido e Adiantamento para futuro aumento de capital					
Capital social		0	0	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	80.154	2	80.154	2
Lucro/prejuízo acumulado	11	(6.404)	(222)	(6.404)	(222)
Total Patrimônio Líquido e Adiantamento para futuro aumento de capital		73.750	(220)	73.750	(220)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	8.466	-
Total Passivo e do Patrimônio Líquido e Adiantamento para futuro aumento de capital		73.978	64.047	95.218	64.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		Período de 17/05/2023 a 31/12/2023		Período de 17/05/2023 a 31/12/2023	
		31/12/2024	(não auditado)	31/12/2024	(não auditado)
Despesas operacionais					
Outras despesas operacionais	12	(2.472)	(193)	(5.212)	(193)
Participação de equivalência patrimonial	5	(2.471)	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.943)	(193)	(5.212)	(193)
<hr/>					
Despesas financeiras	13	(73)	(47)	(78)	(47)
Receitas financeiras	13	-	24	-	24
Resultado financeiro líquido		(73)	(23)	(78)	(23)
<hr/>					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.016)	(216)	(5.290)	(216)
<hr/>					
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(1.166)	(6)	(1.166)	(6)
Resultado líquido do exercício		(6.182)	(222)	(6.456)	(222)
<hr/>					
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores				(6.182)	(222)
Acionistas não controladores				(274)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(6.182)	(222)	(6.456)	(222)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(6.182)	(222)	(6.456)	(222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social							
	Capital social	Capital a integralizar	Lucro líquido/Prejuízo acumulado	Total Patrimônio Líquido	AFAC	Total Patrimônio Líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 17 maio 2023 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	0	(0)	-	0	-	0	-	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2	2	-	2
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	(222)	(222)	-	(222)	-	(222)
Saldos em 31 dezembro 2023 (não auditado)	-	-	(222)	(222)	2	(220)	-	(220)
Subscrição de capital	93.000	(93.000)	-	-	-	-	8.740	8.740
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	80.152	80.152	-	80.152
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	(6.182)	(6.182)	-	(6.182)	(274)	(6.456)
Saldos em 31 dezembro 2024	93.000	(93.000)	(6.404)	(6.404)	80.154	73.750	8.466	82.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(5.016)	(216)	(5.290)	(216)
<i>Ajustes para:</i>				
Equivalência Patrimonial	2.471	-	-	-
Lucro Ajustado	(2.545)	(216)	(5.290)	(216)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Tributos a recuperar	31	-	31	-
Outros ativos	(233)	-	(233)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(123)	241	497	241
Outros passivos	(66)	78	(38)	78
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(2.936)	103	(5.033)	103
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.166)	-	(1.166)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(4.102)	103	(6.199)	103
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de investimento	(53.948)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(55.683)	-
Aquisição de intangíveis	1	-	(4.320)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(53.947)	-	(60.003)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	-	88.894	-
Recursos provenientes de adiantamento p/ futuro aumento de capital	80.152	2	(2)	2
Recursos provenientes de empréstimos	-	65.037	-	65.037
Custo para aquisição de empréstimo	-	(1.095)	-	(1.095)
Pagamento de empréstimos	(65.037)	-	(65.037)	-
Juros pagos de empréstimos	(8.127)	-	(8.127)	-
Obrigações por arrendamentos	-	-	(578)	-
Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades de financiamentos	6.988	63.944	15.150	63.944
Redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	(51.061)	64.047	(51.052)	64.047
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	64.047	-	64.047	-
No final do exercício	12.986	64.047	12.995	64.047
Redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	(51.061)	64.047	(51.052)	64.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A VICC GD II S.A (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 17 de maio de 2023. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2024 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de “SF 724 Participações Societárias S.A” para “VICC GD II S.A”.

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seus empreendimentos são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais.

Informações sobre as controladas

Subholding II

A Subholding II S.A (“Companhia”), com sede na cidade do rio de Janeiro- RJ é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 08 de dezembro de 2023 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, locação, operação e manutenção de centrais geradoras fotovoltaicas, nas cidades de Hidrolândia – GO, Japeri – RJ, Piraí – RJ, Catalão – GO e Dois Córregos – SP. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração indeterminado.

A Companhia detém as seguintes UFVs em fase de construção e operação:

UFV	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MWp)
UFV Brasil Solar Hidrolândia 1 SPE	GO	Hidrolândia	1,32
UFV Brasil Solar Macambara 1 SPE	RJ	Japeri	2,64
UFV Brasil Solar Mario Belo 3 SPE	RJ	Piraí	3,50
UFV Brasil Solar Mario Belo 4 SPE	RJ	Piraí	3,50
UFV Brasil Solar Vassouras 2 SPE	RJ	Japeri	3,96
UFV Brasil Solar Catalão 1 SPE	GO	Catalão	2,65
UFV Brasil Solar Dois Córregos 1 SPE	SP	Dois Córregos	2,64

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Contrato de Locação

Em 04 de março de 2024, a Companhia firmou Contratos de Locação de Sistema de Geração Fotovoltaica, com a Cooperativa Terenas Energia, cujo objeto é a locação dos Sistemas de Geração Fotovoltaica da UFV Brasil Solar Hidrolândia 1 SPE, da UFV Brasil Solar Catalão 1 SPE e da UFV Brasil Solar Dois Córregos 1 SPE pela Locadora à Locatária, bem como a prestação dos serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva das usinas fotovoltaicas pela Companhia para a Cooperativa Terenas Energia (“Contrato de Locação”).

Em 12 de abril de 2024, a Companhia firmou Contratos de Locação de Sistema de Geração Fotovoltaica com o Consórcio RZ São Paulo, cujo objeto é a locação dos Sistemas de Geração Fotovoltaica da UFV Brasil Solar Macambara 1 SPE, UFV Brasil Solar Mario Belo 3 SPE, UFV Brasil Solar Mario Belo 4 SPE e UFV Brasil Solar Vassouras 2 SPE pela Locadora à Locatária, bem como a prestação dos serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva das usinas fotovoltaicas pela Companhia para a Consórcio RZ São Paulo (“Contrato de Locação”).

Em ambos os Contratos de Locação, a Companhia se compromete a locar as Unidades Fotovoltaicas pelo prazo de 20 anos a contar a contar do início da operação das Unidades Fotovoltaicas, porém toda a operação da usina será realizada pela companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2. Declaração de Conformidade

suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de abril de 2025.

2.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
Cpc 40 (R1) – Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais. Está em análise também o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

b) Outras Normas Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
Divulgação de Informação Financeira relacionada à Sustentabilidade	IFRS S1	01.01.2025
Divulgação relacionada ao Clima	IFRS S2	01.01.2025
OCP 10 - Contabilização de Créditos de Carbono.		01.01.2025
Instrumentos Financeiros	IFRS 9 e IFRS 7	01.01.2025
ICPC09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial		01.01.2025

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- (i) Nota explicativa 9 - Imobilizado: Estimativa de vida útil de ativos;

2.4.1 Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, os custos e receitas relacionados aos empréstimos e financiamentos são capitalizados conforme as disposições do CPC 20 (R2) - *Custos de Transação e Juros*, sendo incorporados ao valor contábil dos passivos financeiros, se aplicável, até o momento em que o passivo seja liquidado ou renegociado. Estes custos são amortizados ao longo da vigência do financiamento, utilizando-se igualmente o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício.

A Companhia ao auferir lucro distribui juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, se aplicável, somente com a devida aprovação em Assembleia Geral.

3.8. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior.

3.3. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Caixa e Banco	12	-	19	-
Aplicação financeira (i)	12.974	64.047	12.976	64.047
Total	12.986	64.047	12.995	64.047

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco BTG Pactual que teve no ano de 2024, remuneração referenciado ao CDI de 100,5% (2023 - 85,0%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Investimento

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

a) Controladora

	<u>Sub Holding II</u>
Investimento em 31/12/2023 (não auditado)	-
Investimento em 31/12/2024	60.759

Movimentação do Investimento

	<u>SUBHOLDING II</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-
Equivalência patrimonial	(2.471)	(2.471)
AFAC	63.230	63.230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60.759	60.759

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado e intangível

Composição e movimentação dos saldos consolidado de imobilizado

Ativo Imobilizado– R\$ Mil	Valor Bruto			Valor líquido		
	31/12/2023 (não auditado)	Adições	31/12/2024	Adições Líquidas	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Imobilizado em andamento	-	51.054	51.054	51.054	51.054	-
Adiantamento a fornecedores	-	14.915	14.915	14.915	14.915	-
Total do Ativo Imobilizado	-	65.969	65.969	65.969	65.969	-

- (i) O total de adições ao imobilizado em andamento referem-se principalmente ao início das obras dos parques solares da companhia, nos quais as principais atividades foram referentes a prestação de serviços com EPCistas com um valor aproximado de R\$ 38.483, juros capitalizados e custos de empréstimos, totalizando um montante líquido de R\$ 9.282 menos as receitas financeiras obtidas no exercício no montante de R\$ 3.499. Os saldos ainda classificados como em andamento decorrem das obras do Catalão, Hidrolândia, Macambara, Mario Belo 3, Mario Belo 4, Vassouras e Dois córregos que tem a expectativa de conclusão durante o exercício de 2025

Composição e movimentação dos saldos consolidados de intangível

Ativo Intangível – R\$ Mil	Valor Bruto			Valor líquido		
	31/12/2023 (não auditado)	Adições	31/12/2024	Adições Líquidas	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)
Intangível em andamento	-	4.320	4.320	4.320	4.320	-
Total do Ativo Intangível	-	4.320 (i)	4.320	4.320	4.320	-

- (i) O total de adições ao intangível refere-se ao desenvolvimento dos projetos Hidrolândia, Japeri I,II, III IV e V, Pirai I e II, Catalão e Dois córregos conforme acordo de investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos:

a) Consolidado

	31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento de contratos	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	Pagamento	31/12/2024
Direito de uso (a)	-	16.809	(4.657)	(453)	-	11.699
Total	-	16.809	(4.657)	(453)	-	11.699
Obrigações por arrendamento (b)	-	16.809	(4.657)	551	(578)	12.125
Total	-	16.809	(4.657)	551	(578)	12.125
Total circulante	-					854
Total não circulante	-					11.271

(a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

(b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 5,09% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização.

(c) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel que são atualizados anualmente pelo IPCA.

Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2024
2026	919
2027	961
2028	1.004
2029	971
2030 a 2053	7.416
	11.271

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

A composição e movimentação dos empréstimos é como segue:

a) Composição:

Operação	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
Banco BTG Pactual	-	63.942	10/04/2024	Semestral	CDI + 85,0%

b) Movimentação:

Operação	31/12/2023 (não auditado)	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
Banco BTG	63.942	8.127	(65.037)	(8.127)	1.095	-
Total	63.942	8.127	(65.037)	(8.127)	1.095	-
Total circulante	63.942					-
Total não circulante	-					-

9. Provisão Contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Receitas financeiras	3.499	24	3.499	24
Base de IRPJ	3.499	24	3.499	24
Despesa de IRPJ	(851)	(4)	(851)	(4)
Base de CSLL	3.499	24	3.499	24
Despesa de CSLL	(315)	(2)	(315)	(2)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.166)	(6)	(1.166)	(6)

10.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Saldo inicial dos impostos a pagar	6	-	6	-
Impostos calculados	1.166	6	(1.166)	6
Impostos deduzido	31	-	31	-
Impostos pagos	(1.166)	-	1.166	-
Saldo final dos impostos a pagar	37	6	37	6

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$93.000 (noventa e três milhões reais) e está representado por 93.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e em 2023 era de R\$400 (quatrocentos reais) representado em 400 (quatrocentos ações), distribuídas da seguinte forma

	31/12/2024			31/12/2023 (não auditado)		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
Vinci Climate (FIP)	93.000	93.000	100%	0,4	0,4	100%
	93.000	93.000	100%	0,4	0,4	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

No exercício de 2024, a Assembleia geral extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$93.000 (noventa e três milhões reais) desta forma o capital social no ano de 2024 que era R\$400 (quatrocentos reais) encerrou com o saldo de R\$93.000 (noventa e três milhões reais) dividido em 93.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações serão integralizadas a prazo, conforme a necessidade de caixa da Companhia.

b) AFAC

Perspectiva de Capitalização

A Administração da Companhia informou que os valores registrados como AFAC serão capitalizados ao final da obra, ou seja, quando a construção estiver concluída, e os custos possam ser incorporados ao ativo correspondente. A capitalização dos valores ocorrerá conforme o progresso das obras e a necessidade de capitalização das despesas incorridas até a data de término da obra. e o prazo de vencimento acordado para a conclusão das obras é até o final do exercício de 2025.

c) Prejuízo acumulado

O saldo do prejuízo é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Saldo inicial	(22)	-
Resultado do exercício	(6.182)	(22)
Total	(6.404)	(222)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Serviços de terceiros	(518)	(190)	(3.250)	(190)
Compartilhamento de custo (i)	(1.891)	-	(1.891)	-
Gastos diversos	(63)	(3)	(71)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.472)	(193)	(5.212)	(193)

(i) Refere-se ao valor pago a VICC GD I referente ao rateio de despesas administrativas, conforme contrato de compartilhamento de custos.

13. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Multas e acréscimos moratórios	(27)	-	(32)	-
IOF, Comissões e taxas	(46)	(47)	(46)	(47)
Despesas Financeiras	(73)	(47)	(78)	(47)
Receita com aplicações financeiras	-	24	-	24
Receitas Financeiras	-	24	-	24
Resultado financeiro líquido	(73)	(23)	(78)	(23)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidado		
	Nível	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalente de caixa	2	12.986	64.047	12.995	64.047
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
	Nível	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Fornecedores	2	178	241	875	241
Arrendamento	2	-	-	12.125	-
Empréstimos	2	-	63.942	-	63.942

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido.

Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros—Continuação

classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

14.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

14.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Compromisso assumidos

Em conformidade com os contratos de EPC (Engenharia, Suprimento e Construção) e os compromissos assumidos relacionados à performance das usinas, destacam-se os seguintes compromissos:

Penalidades por Atraso na Obra

- Os contratos de EPC possuem cláusulas específicas que preveem a aplicação de penalidades em caso de atraso no cronograma executivo ou atraso na entrega final do projeto no prazo estabelecido pela concessionária. As penalidades serão aplicadas nas situações em que os prazos de execução e entrega do projeto não forem cumpridos conforme acordado no contrato.

Bonificação por Performance das Usinas:

- Em relação à performance das usinas fotovoltaicas, a empresa está sujeita a penalidades caso a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas não atinja os resultados esperados.
- Por outro lado, a empresa também terá direito a bonificações caso a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas atinja índices de performance superiores a previsão contratual. Esses compromissos assumidos refletem as condições contratuais para penalidades e bonificações em relação ao cumprimento dos prazos de entrega do projeto e à performance da operação e manutenção das usinas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Evento Subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

* * *

Diretoria Executiva

Eduardo Lopes Lobianco
Diretor

Responsável técnico pelas informações
contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9